

A razão de Estado

Publicação: [O Mundo em Português Nº 63](#)

Data de Publicação: Outubro/Novembro 2006

Autor: Karam Karam

Nas vésperas da guerra levada a cabo por Israel contra o Líbano, no seguimento da captura, pelo Hezbollah, de dois soldados do exército, em Tsahal, a 12 de Julho de 2006, a classe política libanesa estava, esquematicamente, dividida em dois grupos, cada um com prioridades distintas e interesses pessoais. De um lado, encontra-se o grupo da maioria parlamentar, ao qual pertence o primeiro-ministro sunita, Faoud Siniora; o chefe da «corrente do futuro», o sunita Saad Hariri ; o chefe druza e presidente do Partido Progressista Socialista, Walid Joublatt; o antigo chefe da milícia cristã, o maronita Samir Geagea; e o «agrupamento de Cornet Chehwan» que reúne as personalidades cristãs, nomeadamente o chefe supremo do Partido Kataëb (as falanges) e antigo presidente da República (1982-1988), o maronita Amin Gemayel. Do outro, encontram-se as duas formações políticas xiitas, o Movimento Amal, do presidente do parlamento, Nabih Berri e o Hezbollah, de Hassan Nasrallah; e a Corrente Patriótica Livre, do antigo comandante em chefe do exército libanês e antigo chefe do governo (1988-1990), o maronita Michel Aoun.

Estes dois grupos tinham iniciado conversações, na Primavera de 2006, no quadro da «conferência de diálogo nacional» , com o objectivo de debater e de resolver os seguintes problemas: o inquérito ao assassinato do antigo primeiro-ministro Rafic Hariri; as relações com a Síria; e a aplicação da resolução 1559 do Conselho de Segurança das Nações Unidas , o desarmamento das milícias e as condições das eleições presidenciais. Depois de algumas reuniões de diálogo, os conferencistas chegaram a acordo sobre três pontos. Antes de mais, aceitaram a criação de um tribunal internacional encarregue de julgar os suspeitos no inquérito ao assassinato do antigo primeiro-ministro Rafic Hariri. Em seguida, chegaram a acordo sobre a necessidade de estabelecer relações diplomáticas entre o Líbano e a Síria e de resolver os conflitos fronteiriços entre os dois países. Finalmente, decidiram desarmar as milícias palestinianas e conceder aos refugiados palestinianos os direitos sociais e económicos de que estavam privados. Se a criação do tribunal internacional está em curso, as duas outras decisões são letra morta. Em relação às outras questões acima mencionadas, os

conferencistas não se conseguiram pôr de acordo nem acerca da identidade do futuro Presidente da República , nem sobre a estratégia de defesa nacional ou a entrega de armas pelo Hezbollah.

Era este o conteúdo das discussões na véspera da guerra de 12 de Julho.

Estas questões não representam o mesmo tipo de desafios para os diversos grupos políticos libaneses. Jogam-se a diversos níveis, locais, regionais e internacionais, implicando uma multitude de actores com interesses misturados e amalgamados. Neste ponto, é interessante examinar como, posta à prova pelo conflito armado, a cena política libanesa viu, paradoxalmente, afirmada uma «razão de Estado», a par da expressão de fortes razões particularistas, comunitárias ou políticas.

Do diálogo sobre a guerra...

As questões da estratégia de defesa nacional e das armas do Hezbollah eram o principal «nó» no diálogo nacional. Punham os conferencistas perante a dificuldade de estabelecer um acordo que conciliasse várias exigências : a aplicação do acordo de Taëf e a resolução 1559 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ambas exigindo o desarmamento de todas as milícias; a resolução das contendas entre o Líbano e Israel, relativamente às quintas de Cheeba, não evacuadas pelo exercito israelita aquando da sua retirada em Maio de 2000; os prisioneiros libaneses ainda detidos nas prisões israelitas; a entrega dos mapas que indicam o local onde foram colocadas minas pelo exército israelita no sul do Líbano; e as frequentes violações da soberania do território libanês por Israel. É com base nestes argumentos que o Hezbollah justifica a manutenção de armas em seu poder e a continuação da resistência ao Estado hebreu.

A questão do estatuto das quintas de Chebaa é um ponto de litígio regional que o direito internacional não consegue resolver. O governo libanês invoca, para a região de Chebaa, a aplicação da resolução 425 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que afirma a integridade territorial do Líbano. No entanto, Israel considera que esse território faz parte do planalto sírio dos Golã, ocupado pelo seu exército desde 1967. A sua evacuação significaria a aplicação da resolução 242 do Conselho de Segurança. Depois da retirada do exército sírio do Líbano, no fim de Abril de 2005, as autoridades libanesas requereram ao governo sírio o reconhecimento oficial do carácter libanês deste território. Através da sua recusa em fornecer às Nações Unidas os documentos necessários, a Síria procura, ao mesmo tempo, não separar a questão libanesa da questão síria no seu conflito com Israel e garantir a continuação da acção armada de resistência pelo Hezbollah.

Sobre a mesa do diálogo nacional, em questões de estratégia e defesa nacional, os dirigentes do Hezbollah opuseram-se ao envio do exército libanês para o sul e ao desarmamento das suas milícias enquanto a questão de Cheeba e dos prisioneiros libaneses não estivesse resolvida. Aos seus olhos, o risco seria de que o exército nacional se transforme em guardião da fronteira entre o exército israelita e a «resistência». A actual situação assegura um «equilíbrio do terror» face ao inimigo israelita. É por isto que os dirigentes do Hezbollah defendem a manutenção de uma resistência forte e independente.

O grupo da maioria parlamentar argumentou, pelo contrário, que nem a resistência nem o exército libanês têm os meios militares e tecnológicos para fazer frente ao poder israelita. Insistiram em resolver os problemas com Israel através das Nações Unidas, o que teria permitido, na sua opinião, neutralizar as fronteiras a sul e voltar a aplicar o acordo de cessar-fogo, assinado entre os dois países em 1949 e regularmente violado após os anos 60. Incapazes de chegar a uma posição comum, os conferencistas arrastaram as sessões de um diálogo nacional que se tornou caduco. Enfrentaram-se através de comunicados e discursos, agitando as suas bases de apoio partidárias e confessionais, num clima propício à crise geral.

À guerra... e, paradoxalmente, ao reforço do papel do Estado ?

Foi neste pano de fundo de debate interno tenso, com todas as suas ramificações regionais e internacionais, que a guerra eclodiu, a 12 de Julho de 2006. Esperava-se, em certos meios de comunicação e políticos, no Líbano e não só, que esta guerra exacerbasse as tensões entre grupos políticos libaneses, transformando-a num conflito inter-libanês. Quando, rapidamente, se aperceberam de que o objectivo de Israel não se limitava apenas a operações militares, mas, sobretudo, à destruição de todo o país, os diferentes chefes políticos libaneses preferiram calar as suas divergências para assim melhor salvaguardar a frágil unidade nacional. No mesmo sentido, as reacções dos libaneses, de todas as confissões, traduzem-se num grande movimento de solidariedade incondicional com os seus concidadãos deslocados – pertencendo, na sua maioria, à comunidade xiita –, obrigados pelos bombardeamentos a sair das suas regiões. Porém, apesar de tudo, os detractores do Hezbollah sublinharam que este movimento de solidariedade não os impediria de pedir à organização que prestasse contas quando a guerra acabasse.

Paradoxalmente, esta guerra, que confirma, no seu início, a fraqueza do governo libanês (e do Estado?) perante o Hezbollah, reforçou, neste aspecto, a soberania do Estado

nacional. Antes da guerra, o Hezbollah, a última milícia libanesa oficialmente armada, constituía uma espécie de «Estado dentro do Estado», detendo o controlo do sul do país, decidindo unilateralmente fazer a guerra (ou a paz) e procurando impor a sua própria concepção de estratégia de defesa nacional.

Tendo em conta a amplitude da guerra, a maioria da classe política apelou a que o governo libanês assumisse as suas responsabilidades a todos os níveis e a que recuperasse a iniciativa, depois da surpresa gerada pela captura de dois soldados israelitas pelo Hezbollah. Aproveitando a unanimidade dos diferentes partidos políticos e de todas as autoridades religiosas, o primeiro-ministro libanês veio para a boca de cena, encetando uma batalha diplomática, tanto ao nível árabe como internacional, para obter um cessar-fogo.

Desta forma, Fouad Siniora soube aproveitar a «trégua política» estabelecida, durante a guerra, entre os grupos políticos libaneses, que cerraram fileiras em torno do seu governo. É mais na qualidade de primeiro-ministro do que na de chefe da sua facção política que elabora um plano para sair da crise, em concertação com o presidente do parlamento. Não procuraram apenas pôr fim à guerra, mas, sobretudo, encontrar uma solução para problemas anteriores, que estavam na origem do conflito. Importa sublinhar que o seu plano foi aprovado em conselho de ministros, inclusivamente com os votos dos ministros do Hezbollah. Isto permitiu ao primeiro-ministro manter uma posição forte e unida, inédita, ao apresentar à comunidade internacional e à Liga Árabe um plano aceite e aprovado por todos os principais actores políticos libaneses e pelos representantes das comunidades religiosas. Fortalecido por esta posição e pelo apoio da Liga Árabe e de vários países ocidentais, o governo libanês pôde, assim, negociar os termos da proposta de resolução que estava em discussão no Conselho de Segurança, conseguindo, ao mesmo tempo, que França e os Estados Unidos revissem as suas posições.

Se o conjunto da classe política saudou os esforços do governo, o Hezbollah, por seu lado, seguiu com prudência as negociações e os compromissos assumidos pelo primeiro-ministro. Apesar da sua inflexibilidade perante a máquina de guerra israelita, os dirigentes do Hezbollah aperceberam-se de que, perante a generalização da destruição, não poderiam manter a atitude intransigente das posições iniciais anteriores a 12 de Julho. Pedem aos seus ministros que contribuam para as actividades do governo e constituem seu delegado o presidente do parlamento, Nabih Berri, para negociar com os diferentes actores libaneses e estrangeiros.

Desta forma, organizam-se, ao nível das negociações, em torno das instituições representativas do Estado: o parlamento e o governo. Isto constitui, em si, um facto novo, uma vez que, até ao presente, tinham sempre tomado caminhos paralelos aos do Estado nas suas negociações. Quando o primeiro-ministro decidiu, a 7 de Agosto de 2006, enviar o exército libanês para o sul do país, com o objectivo de mostrar à comunidade internacional a seriedade e a firmeza do seu governo, os dirigentes e ministros do Hezbollah concordaram com a decisão. Com efeito, apesar da resistência dos combatentes perante o exército israelita, estavam conscientes dos riscos que poderia correr a sociedade libanesa, em termos de coesão, se a guerra se prolongasse. Para eles, era o momento oportuno de mostrar alguma abertura em relação à acção levada a cabo pelo primeiro-ministro para terminar com a guerra. Um momento oportuno para reivindicar uma certa vitória perante Israel e manter uma posição forte perante os seus detractores internos para negociar o seu lugar, ou melhor, o seu novo lugar e o seu novo papel no seio do Estado.

A leitura dos termos da resolução 1701 do Conselho de Segurança, adoptada a 11 de Agosto de 2006, que prevê a «cessação total de hostilidades», deixa transparecer um compromisso que vai de encontro às posições de todos os actores envolvidos. É certo que a resolução não exige o desarmamento do Hezbollah pela força, apesar do reforço das forças da UNIFIL, mas cujo mandato não lhes permite actuar em conformidade com o capítulo VII da Carta das Nações Unidas, o que, de certa forma, tranquiliza os dirigentes do Hezbollah. Porém, uma leitura da resolução 1701 à luz do diálogo inter-libanês permite constatar que a maioria dos seus termos vão no sentido de um reforço da autoridade e da soberania do Estado libanês. Assim, o governo libanês sai, paradoxalmente, reforçado da guerra, ao afirmar o seu papel de representante dos libaneses e dos seus interesses colectivos, demonstrando uma certa habilidade nas negociações diplomáticas, conseguindo que o seu exército actue na totalidade do território e reafirmando a necessidade da aplicação do acordo de Taëf, aprovado pelo conjunto dos libaneses, que exigiu o desarmamento de todas as milícias.

Duas séries de questões complementares põem-se, hoje em dia, sendo ainda muito cedo para lhes responder. Dizem respeito, por um lado, à estabilidade da trégua e ao respeito, por parte dos diferentes beligerantes, dos seus compromissos e da resolução 1701. Por outro lado, articulam-se à volta da estratégia do Hezbollah : será que a política actual traduz uma mudança estratégica que passa da posição de «Estado dentro do Estado» a uma procura do monopólio dentro do Estado? A real politic? Souberam aproveitar o momento oportuno para aceitar, sob certas reservas, o plano do primeiro-ministro e a resolução 1701: ainda era possível, ao mesmo tempo, proclamar uma vitória

militar e converter esta vitória num ganho político, impondo um novo equilíbrio de forças, em seu favor, no seio do poder e do Estado.

De qualquer forma, sem prejuízo do fim incerto das medidas implementadas, sublinhe-se que com este conflito se assistiu, de forma inédita, a um primeiro-ministro libanês – é certo que com apoio internacional – a usar da palavra em nome do Estado e a consolidar, desta forma, a ideia de uma «razão de Estado».

1. Esta conferência foi inaugurada, em Março de 2006, pelo líder do parlamento libanês. A primeira sessão decorreu a 2 de Março e a última, antes do desencadear da guerra, teve lugar a 28 de Junho de 2006.

2. A resolução 1559 foi adoptada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas a 2 de Setembro de 2004, no seguimento da prorrogação do mandato do Presidente da República E. Lahoud. A resolução «exige veementemente a todas as forças estrangeiras que ainda aí permanecem que se retirem do Líbano». «Declara-se favorável a que as próximas eleições presidenciais no Líbano se desenrolem de acordo com um processo eleitoral livre e justo, conforme às regras constitucionais libanesas, elaboradas sem qualquer interferência ou influência estrangeira». «Seriamente preocupada com a persistência da presença no Líbano de milícias ramadas, que impedem o governo libanês de exercer plenamente a sua soberania sobre todo o território do país», a resolução «exige que todas as milícias libanesas e não libanesas sejam dissolvidas».

3. Na verdade, o Presidente sírio, B. al-Assad, impôs, a 3 de Setembro de 2004, o prolongamento do mandato do Presidente da República libanês, E. Lahoud, de forma anti-constitucional e contra a vontade de uma grande parte da classe política libanesa e da comunidade internacional, que exprimiu a sua oposição a este acto pela adopção da resolução 1559 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

4. O acordo de Taëf, que pôs fim à guerra (1975-1990) em 1990, redefiniu as bases e as regras do jogo político e constitucional, insistindo, no documento de «aliança nacional», que se transformou em parte integrante do preâmbulo da Constituição, no desarmamento e todas as milícias e o alargamento da soberania do Estado libanês a todo o seu território.

5. O plano proposto pelo primeiro-ministro Faoud Siniora pretende «a procura de um cessar-fogo imediato», apresentando os seguintes sete pontos: 1) um compromisso para a troca de prisioneiros libaneses e israelitas, através do Comité Internacional da Cruz Vermelha; 2) a retirada do exército israelita para lá da linha «azul» (traçada pela ONU, entre o Líbano e Israel) e o regresso dos deslocados; 3) um compromisso do Conselho de Segurança para que as quintas de Chebaa sejam postas sob jurisdição das Nações Unidas; 4) o alargamento da autoridade do governo libanês sobre o seu território, com as suas próprias forças armadas legítimas; 5) o reforço das forças internacionais das Nações Unidas que operam no sul do Líbano

em número, equipamento, mandato e perímetro de operações, de acordo com o necessário para a realização de trabalho humanitário urgente e operações de socorro; 6) o compromisso das Nações Unidas para pôr em prática o acordo de armistício assinado pelo Líbano e por Israel em 1949 ; 7) o compromisso da comunidade internacional em apoiar o Líbano a todos os níveis e a ajudá-lo a suportar o imenso fardo resultante da tragédia humana, social e económico que o assolou (cf. AFP, 28 de Julho de 2006).

Mais particularmente, o primeiro-ministro apresentou o seu plano na reunião internacional sobre o Líbano em Roma, a 26 de Julho de 2006, e perante os ministros dos Negócios Estrangeiros árabes, reunidos em sessão extraordinária em Beirute, a 7 de Agosto de 2006. 6. Os chefes de todas as comunidades religiosas, reunidos num «encontro espiritual», a 1 de Agosto de 2006, apoiaram por unanimidade o plano de sete pontos apresentado pelo governo e saudaram os seus esforços para pôr fim à guerra.

7. Para a versão oficial da resolução 1701, ver www.un.org/french/docs/sc/2006/cs2006.htm.

8. O governo libanês enviou, pela primeira vez nas últimas três décadas, as forças armadas para o sul do país, controlando todas as fronteiras libanesas, e conseguiu que as questões das quintas de Chebaa e dos prisioneiros libaneses ficasse a cargo das Nações Unidas. Ver a resolução 1701 da ONU.